



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração à distância

JACIRA VICENTE DA SILVA HIRT

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA
HABITACIONAL: um Estudo sobre o Conjunto Habitacional
Xavier Maia, em Rio Branco/AC**

Rio Branco/AC

2011

JACIRA VICENTE DA SILVA HIRT

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA
HABITACIONAL: um Estudo sobre o Conjunto Habitacional
Xavier Maia, em Rio Branco/AC**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Prof. Esp. Josias Rodrigues Alves

Rio Branco/AC

2011

Hirt, Jacira Vicente da Silva.

Gestão das Políticas Públicas na Área Habitacional: Um Estudo Sobre o Conjunto Habitacional Xavier Maia na Cidade de Rio Branco/AC. Jacira Hirt. – Rio Branco, 2011.

48 f.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011.

Orientador: Prof. Esp. Josias Rodrigues Alves. Departamento de Administração.

1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas. 3. Política Habitacional.

JACIRA VICENTE DA SILVA HIRT

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA
HABITACIONAL: um Estudo sobre o Conjunto
Habitacional Xavier Maia, em Rio Branco/AC**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da aluna:

Jacira Vicente da Silva Hirt

Esp. Josias Rodrigues Alves
Professor-Orientador

Ma. Marina F. Moreira
Professor-Examinador

Titulação, nome completo
Professor-Examinador

Rio Branco AC, 03 de dezembro de 2011.

“Este singelo trabalho é dedicado especialmente aos meus filhos: Waynner e Edimar, que foram meus principais estimuladores para esta graduação”.

AGRADECIMENTOS

“Agradeço infinitamente a Deus que me deu forças para concluir este trabalho, a todos os nossos professores/tutores da UnB que participaram do Projeto Piloto, em especial ao orientador Josias Rodrigues Alves, pela paciência e dedicação, e a incomparável como figura humana e brilhante profissional que foi nossa estrela guia, professora Alessandra Lisboa”.

RESUMO

A gestão das políticas públicas na área habitacional deve ser contínua obedecendo a uma sincronia entre todos os poderes públicos de acordo com as necessidades da população. A esperança em solucionar o déficit habitacional repousa em uma política que envolve a participação do poder público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, com a participação das entidades públicas, que obviamente dependem de recursos e políticas de governo. Mas não basta construir um empreendimento habitacional. É preciso dar manutenção na sua infraestrutura para atender as necessidades de seus habitantes, através das políticas públicas na área habitacional. A ação das políticas públicas deve ser permanente. Moradia digna com infraestrutura é direito do cidadão. O Governo Federal financia, o Estado constrói e a Prefeitura Municipal é a responsável direta pela política de manutenção da infraestrutura de um conjunto habitacional. As políticas públicas voltadas para a área habitacional podem ser entendidas como o conjunto de planos e ação governamental que visam benefícios sociais. Para elaborar este trabalho foram realizadas pesquisas documentais, revisão de literatura com reflexões teóricas conceituais a respeito do cenário das políticas públicas, entrevistas estruturadas e questionamentos da opinião pública com perguntas voltadas para o tema, além de mostrar exemplos da participação popular na preservação ambiental e na qualificação profissional. Política Pública também é feita por líderes comunitários, lideranças de instituições públicas religiosas e culturais. Os atores envolvidos no processo das políticas de manutenção de um empreendimento habitacional. De acordo com a consulta aos mutuários no Conjunto Habitacional Xavier Maia, as políticas públicas na área de habitação não estão atendendo satisfatoriamente às necessidades da população, fato constatado na análise da efetividade das políticas públicas na área habitacional, através de pesquisas qualitativas e quantitativas.

Palavras-chaves: Administração Pública. Políticas Públicas. Política Habitacional. Gestão Pública.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	Formulação do problema	9
1.2	Objetivo Geral	10
1.3	Objetivos Específicos	10
1.4	Justificativa.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Políticas Públicas	12
2.2	Questões que orientam as políticas públicas	13
2.3	Características de uma política pública.....	14
2.3.1	A Interação das Políticas	16
2.3.2	Política Habitacional	18
2.4	Administração Pública.....	19
2.4.1	Gestão Pública	20
2.5	Política de Governo.....	21
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA	23
3.1	Caracterizações da organização	23
3.2	Características do Conjunto Xavier Maia	24
3.3	População e amostra	25
3.4	Caracterizações dos instrumentos de pesquisa	26
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1	Órgãos Responsáveis	28
4.2	Resultado da Pesquisa	29
4.3	Resumo dos Resultados	30
4.3.1	Serviço de Esgotamento Sanitário.....	30
4.3.2	Coleta de Lixo Domiciliar	31
4.3.3	Serviço de Saúde Oferecido na Comunidade.....	31
4.3.4	Abastecimento de Água Tratada	32
4.3.5	Pavimentação e Conservação das Ruas	33
4.3.6	Política Educacional	33
4.3.7	Segurança Pública no Bairro	34
4.3.8	Conhecimento das Políticas Públicas.....	36
4.3.9	Questão Ambiental	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	39
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICES	43

1 INTRODUÇÃO

A execução das políticas públicas dentro de um conjunto habitacional tem ligações permanentes com a população. Os problemas na infraestrutura de um conjunto habitacional geram transtornos à comunidade. A aplicação das políticas públicas no Brasil é de competência do Poder Executivo em todas as instâncias de governo. Elas são criadas por meio de instrumentos legais, estabelecendo diretrizes, planos e metas a serem atingidos. Os Ministérios, no âmbito Federal, e as Secretarias Estaduais e Municipais são responsáveis pelo detalhamento, aprofundamento e aplicação das políticas públicas a partir de instrumentos criados especialmente para isso (leis, decretos e normas, programas de trabalho, monitoramento, fiscalização, etc.). Nas cidades, o poder local conta com os Planos Diretores para definir as Políticas Públicas Urbanas.

A Gestão Pública relacionada a cultura socioambiental na política habitacional envolve não somente os órgãos públicos mas toda a sociedade. Muitos fatores contribuíram para a atual situação aparentemente desordenada em que se encontra a cidade de Rio Branco. A ocupação urbana e a organização das atividades econômicas implementadas no Estado foram respaldadas pelas políticas públicas que não contemplavam um modelo de desenvolvimento sustentável. Na década de 70 uma campanha do próprio governo federal de ocupação da Amazônia, contribuiu para a expansão da exploração agropecuária e madeireira no Estado, com consequências problemáticas graves como: conflitos sociais (seringueiros expulsos de suas ocupações na floresta), exploração desordenada de recursos naturais e desistência nos projetos de assentamentos feitos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Isso tudo resultou no êxodo rural e crescimento desordenado da cidade de Rio Branco, capital do Acre, gerando um elevado índice de déficit habitacional. Segundo o IBGE (Censo 2010) o déficit habitacional era de vinte mil unidades habitacionais. Porém, os dados do banco de cadastro da Secretaria Estadual de Habitação e Interesse Social, a necessidade em 2009 era de trinta mil unidades.

A Companhia de Habitação do Estado do Acre – COHAB/AC foi a responsável pela execução da política habitacional durante quarenta anos. Trata-se

de uma sociedade por ações de economia mista, constituída de acordo com a Lei Estadual nº 61, de 17 de dezembro de 1965, alterada pela Lei nº. 107, de 14 de junho de 1967, é regida pela Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, e por estatuto próprio. Foi fundada para atender à população de baixa renda. Ao longo de quatro décadas, produziu e comercializou unidades habitacionais de interesse social, obedecendo aos critérios e normas estabelecidas pelo Governo do Estado e pela Legislação Federal. A COHAB/AC agrega valor social uma vez que contribui para a elaboração e implantação de projetos que contribuem para reduzir o déficit habitacional bem como o desenvolvimento econômico e social do Estado do Acre. Só na capital acreana o déficit habitacional em 2009 era de cerca de 30 mil moradias, segundo informações do banco de dados cadastrais da Secretaria Estadual de Habitação e Interesse Social.

A Companhia tem por prática uma política de inclusão social na condição de órgão formulador de políticas públicas. Em quatro décadas a COHAB/AC construiu mais de quatorze mil moradias atingindo uma média de atendimento superior quarenta mil pessoas. Nos últimos dez anos, diante das adversidades enfrentadas principalmente em função do alto grau de inadimplência dos mutuários, o Governo do Estado, na condição de acionista majoritário, reconheceu a ameaça de fechamento da empresa e enxugamento do quadro funcional. Isso fez com que a empresa deixasse de desempenhar o papel de fomentadora da habitação no Estado, perdendo sua hegemonia para a Secretaria Estadual de Habitação (criada pela Lei Estadual nº 1.312 de 29 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social – SEHAC) que está hoje à frente dos novos projetos de construção de moradias para famílias de baixa renda.

Atualmente a COHAB/AC desenvolve projetos com metas que priorizam redução da inadimplência; negociar a carteira inativa, trabalhar a carteira ativa com negociações que possibilitem a quitação dos imóveis; ajudar o mutuário a legalizar sua casa própria com programas de incentivo adequados a cada empreendimento, realizar a regularização fundiária dos imóveis pertencentes a COHAB/AC e melhorar a infra-estrutura dos empreendimentos. Um dos maiores problemas enfrentados pela Companhia é a inadimplência e a especulação imobiliária ilegal.

1.1 Formulação do problema

Um dos maiores problemas da nossa atualidade consiste na dificuldade de acesso a moradia por grande parte da população principalmente a de baixa renda. Para atender essa demanda de maneira mais adequada é preciso envolver o Governo, políticas públicas e a própria população. As pessoas não conseguem resolver sozinhas suas necessidades e precisam se agrupar para alcançar seus objetivos, dentro de um regimento com normas. Para atender às necessidades de grupos sociais, existe o Estado: uma corporação formada pelo povo, território e Governo, que deverá ser bem administrada. O povo que figura como elemento mais importante nesta trilogia, precisa ter seus anseios realizados, cuja competência é delegada ao Governo dentro de seu território. O Governo deve programar serviços de qualidade através das instituições públicas especializadas e projetos de políticas públicas para atender o cidadão. A partir deste contexto surge a Administração Pública que é responsável pelos serviços públicos destinados a atender as necessidades coletivas. Dentro da Administração Pública existe o Processo de Formulação de Políticas Públicas que envolvem Governo, povo e território. As políticas públicas abrem relações entre agentes públicos que poderá gerar impactos na sociedade causados pelas diferentes decisões políticas. Uma decisão política poderá beneficiar ou prejudicar a qualidade de vida da população (pelo menos parte dela). Uma demanda recorrente dentro das políticas públicas poderá repercutir:

- No meio ambiente (falta de saneamento básico);
- Na saúde pública (ausência de coleta de lixo, de tratamento sanitário e água potável);
- Na qualidade de vida da população;
- Inadimplência de tarifas de serviços como fornecimento de água e energia.

A conquista da casa própria envolve as políticas públicas executadas pelo Governo através da administração pública atendendo a interesses coletivos.

1.2 Objetivo Geral

O principal objetivo deste trabalho é analisar a efetividade das políticas públicas dentro do Conjunto Habitacional Xavier Maia, na cidade de Rio Branco/AC.

1.3 Objetivos Específicos

- Colher informações junto à Companhia de Habitação do Estado do Acre – COHAB/AC sobre o Conjunto Habitacional Xavier Maia.
- Relacionar os principais problemas na infra-estrutura do conjunto habitacional selecionado, que geram transtornos à população;
- Identificar a relação das políticas públicas entre a COHAB/AC e outras instituições governamentais;
- Buscar informações na comunidade sobre a satisfação a respeito das políticas públicas desenvolvidas pelo poder público na área habitacional.

1.4 Justificativa

“Gestão das políticas públicas na área habitacional na cidade de Rio Branco/AC”. O tema foi escolhido quando verificou-se de perto os problemas enfrentados pela população, relacionados à infra estrutura dos conjuntos habitacionais. A Gestão das políticas pública na área habitacional é complexa por que envolve as instituições governamentais (federal, estadual e municipal) e a sociedade de modo geral. A política de Governo é o conjunto de filosofias, ideais, planos e medidas que compõem a Gestão Pública, influenciada por diversos fatores que incluem relações partidárias, alianças políticas e a própria sociedade civil. Isso interfere na continuidade das próprias políticas pública. A população precisa de moradia e o Governo em contrapartida precisa desenvolver projetos de investimentos na área habitacional para atender à demanda. Cada conjunto

habitacional tem seu projeto de infra-estrutura que naturalmente deverá receber manutenção (esgotamento sanitário, calçamento e pavimentação das ruas, etc.). Mas a realidade é bem diferente. Na maioria das vezes a população não sabe a quem recorrer para solucionar um problema. Nesse contexto é necessário que a população identifique a relação das políticas públicas entre as instituições governamentais. Para cada problema, identificar o responsável pela solução.

O resultado desta pesquisa que será feita junto aos mutuários do Conjunto Habitacional Xavier Maia, sobre os principais problemas na infraestrutura do empreendimento, será útil para os gestores públicos e políticos interessados em melhorar as políticas públicas. Ao longo de quatro décadas a Companhia de Habitação do Estado do Acre COHAB-AC comercializou em todo o Estado 19 conjuntos habitacionais e 03 loteamentos urbanos beneficiando cerca de 70.000 habitantes. Mas até hoje existem as demandas recorrentes na infraestrutura dos conjuntos habitacionais. Selecionamos o Conjunto Habitacional Xavier Maia, situado na cidade de Rio Branco, para fazer o trabalho de pesquisa acadêmica e levantar os problemas que mais afetam os moradores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Não podemos falar de Política Habitacional, sem fazer referência a Políticas Públicas e Gestão Pública.

2.1 Políticas Públicas

A palavra “política” expressa inúmeras definições. No sentido amplo, segundo Matias-Pereira (2009, p. 190) “pode ser aceita como uma forma de atividade humana, correlacionada ao poder, e que busca atender a necessidade de convivência de interesses diversos, que em grande parte são contraditórios, que possam ser acordados por meio de processos institucionalizados e pacíficos”. Ainda na interpretação de Matias-Pereira (2009, p. 191) não existe consenso sobre o conceito de “políticas públicas”, pois são interpretadas por alguns autores como forma de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Ele cita ainda que políticas públicas possam ser interpretadas como “o Estado em ação” para programar projetos de governo, formulação e implantação de programas, de projetos e ações voltadas para as diferentes classes sociais.

Na maioria das abordagens, Políticas Públicas são entendidas como Política Governamental. As ações das políticas públicas atingem a sociedade como um todo. Uma decisão política poderá beneficiar ou prejudicar a qualidade de vida da população, dependendo do seu modo de execução.

As políticas públicas devem apresentar benefícios para a sociedade como um todo, baseando-se em defesa do interesse das comunidades, mas precisam ter legitimidade. Segundo Houaiss (2001), legitimidade significa caráter, estado de qualidade do que é legítimo, ou seja, que é conforme ao direito positivo, que está fundado e amparado em lei, de forma legal. Muitas vezes os interesses políticos prevalecem sobre a legitimidade do processo das políticas públicas.

Segundo Saraiva e Ferrarezi (2006) política pública envolve um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir

desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Segundo ele, as decisões são condicionadas através do próprio fluxo, das reações e modificações que as políticas provocam na sociedade, dos valores idéias e visões daqueles que influem na decisão. Ainda na interpretação de Saraiva e Ferrarezi as políticas públicas devem ser constituídas com a finalidade de consolidar a democracia, fazer justiça social, a manutenção do poder e a felicidade das pessoas. Saraiva e Ferrarezi acrescentam:

A perplexidade perante a turbulência e a aparente não-governabilidade das políticas públicas e da ação governamental, a sensação de “desordem” que elas deixam perceber, não afetam apenas o cidadão. Os atores administrativos, políticos e seus analistas constatarem igualmente a extrema complexidade das políticas públicas e as aparentes debilidades do Estado para cumpri-las. (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 29).

2.2 Questões que orientam as políticas públicas

As realidades sociais são dinâmicas. Segundo Brandião, Palassi e Ferreira (2007), as relações entre Estado e Sociedade provocam transformações específicas. Se a população da cidade cresce, as políticas públicas devem se adequar a essa evolução para atender as demandas sociais com as devidas modificações, como por exemplo, ampliar a capacidade da rede de água tratada e rede de saneamento básico. Porém, é preciso observar a racionalidade. Brandião, Palassi e Ferreira (2007, p. 83), destacam a perspectiva weberiana, dentro da qual se percebe que a racionalidade predominante na formulação das políticas públicas é o que Max Weber chamou de “racionalidade em relação a fins”. Segundo Weber esta racionalidade é determinada pelo emprego dos recursos de maneira econômica.

Esta finalidade poderá ser interpretada de maneira errônea no campo das organizações públicas quando se refere a execução de projetos de empreendimentos habitacionais. Esse equívoco na interpretação poderá ter provocado falha e ter deixado obras inacabadas, sendo a mais visível na infraestrutura.

No processo de formulação de políticas públicas há definição de padrões de eficiência (economia dos meios na obtenção dos fins) para tais políticas, onde se

espera que os objetivos de atender bem a população sejam alcançados de maneira econômica, porém com critérios técnicos de qualidade.

2.3 Características de uma política pública

Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 31), citam políticas públicas com os seguintes componentes:

1. Institucional: que é elaborada por autoridade formal e legal;
2. Decisório: um conjunto de decisões que se refere a escolha de fins ou meios para alcançar respostas a problemas necessários;
3. Comportamental: implica em ação ou inação, fazer ou não fazer nada; e
4. Causal: fruto de ações que tem efeitos no sistema político e social.

Essas políticas é que formam a estrutura do sistema público e cada uma delas passa por diversos estágios. Em cada um deles os atores e os processos são diferentes. Elas precisam ser formuladas, implantadas e avaliadas. A preparação de uma política pública envolve planos, programas e projetos. Cada uma dessas etapas envolve diferentes negociações. Vamos acompanhar a sequência de um modelo racional de uma política pública na visão de Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 33 e 34):

1. **Agenda** - ou inclusão do pleito ou necessidade social na agenda, como prioridade do poder público. A partir de então essa necessidade passa a ser um “problema público” alvo de debates com o público e na mídia para decisão final das autoridades públicas;
2. **Elaboração** - identifica e delimita o problema da comunidade determinando alternativas para solução ou satisfação das necessidades, bem como avaliando custos que serão gerados para alocação dos recursos;
3. **Formulação** - seleciona a alternativa mais conveniente, explicitando as decisões tomadas, definindo objetivos bem como o embasamento jurídico, administrativo e financeiro;
4. **Implementação** – trata do planejamento e organização do aparelho administrativo, dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política, reunindo planos, programas e projetos necessários para execução;

5. **Execução** – são as ações para atingir os objetivos estabelecidos. Nesta fase se inclui os estudos dos obstáculos e impactos que se opõem aos resultados, mais especificamente na área burocrática da própria gestão pública;
6. **Acompanhamento** – é a supervisão das atividades, implantando eventuais correções para assegurar os objetivos estabelecidos;
7. **Avaliação** – análise dos efeitos produzidos junto a sociedade, bem como as conseqüências previstas e as não previstas.

Sob a ótica política, a avaliação é a que tem mais se desenvolvido nos últimos tempos. Esta divisão é um esquema teórico, que deverá ser confrontada com os resultados.

Para elaboração das políticas públicas os governantes realizam as Audiências públicas, conforme consta, por exemplo, no Estatuto da cidade de Rio Branco em vigência, criado através da Lei nº 1.611/2006:

CAPÍTULO III - DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 48. As audiências públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas nos termos do artigo 43, inciso II, do Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais, em especial organizações e movimentos populares e associações representativas dos vários segmentos das comunidades e associações de classe, Poder Executivo e Poder Legislativo do município de Rio Branco;

II - dar publicidade e promover debates com a população sobre temas de interesse da cidade;

III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado.

§ 1º As audiências públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implementação, como também nos demais casos previstos em Lei, e serão convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias.

§ 2º Nas audiências públicas buscar-se-á extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, as quais deverão ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

§ 3º As intervenções realizadas na Audiência Pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, e deverão constar no processo administrativo.

§ 4º As audiências públicas terão regulamento próprio, instituído por ato do Executivo Municipal, observadas as disposições desta Lei e do Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO IV - DA GESTÃO PARTICIPATIVA DO ORÇAMENTO

Art. 49. No âmbito do Município de Rio Branco, será aplicada a gestão orçamentária participativa de que trata o artigo 4º, inciso III, alínea “f”, do Estatuto da Cidade tendo por objetivos:

I - garantir condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - garantir o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Parágrafo único. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal. (Lei nº 1.611 de 27 de outubro de 2006. Plano Diretor da cidade de Rio Branco)

2.3.1 A Interação das Políticas

Políticas públicas são elementos de relação: Estado, sociedade e mercado. Na dinâmica contemporânea das políticas públicas desponta o debate da Nova Gestão Pública, com o objetivo de dar mais agilidade e transparência ao processo de elaboração das políticas públicas.

Os gestores públicos nem sempre colocam em prática a esquematização acima descrita dividida por etapas. Buscando o bem estar coletivo, as políticas públicas devem integrar o conjunto de políticas governamentais constituindo uma contribuição setorial. Essas políticas são influenciadas por fixação de metas, da evolução social e econômica, baseando o futuro em projeções das tendências do passado.

Um cidadão com visão crítica observa que de modo geral existe uma falta de coordenação e sincronia entre as políticas econômicas e sociais. Os programas executados pelo poder público acertam em algumas coisas e falham em outras. Em consequência dessas falhas, os indicadores da educação, saúde, habitação, emprego e outros setores sociais mostram situação difícil que se agrava a cada dia. A desigualdade social configura-se como um dos maiores problemas da sociedade brasileira, sendo a falta de moradia uma das principais consequências dessa

desigualdade, entre a população de baixa renda. Observa-se que na ânsia de amenizar esse problema, a legitimidade das políticas públicas é atropelada. Moradia é direito constitucional assegurado. O direito a moradia está previsto no Art. 6º cap. II dos Direitos Sociais, da Constituição Federal. Ainda na Constituição Federal Art. 182, cap. II, da Política Urbana, estabelece que as políticas de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

São diretrizes que orientam para a elaboração do Plano Diretor da cidade que deve levar em consideração o processo natural do crescimento populacional e de urbanização baseado em estatísticas. Esse crescimento não é controlável por ações dos governantes. Por isso as políticas públicas devem ser adaptadas e atualizadas sempre quando necessário. Diante desta ótica cita-se a seguinte análise sobre o comportamento da elite política:

Presumimos que, tão logo a elite política tenha modificado seu comportamento e suas opiniões, pressionada, seja por novas organizações, nova estrutura de escassez, novos desenvolvimentos no conhecimento social especializado, ou por alguma combinação deles, as mudanças nas políticas ocorreriam sem nenhum tipo de obstáculo. Este, contudo, não é o caso. As elites políticas não conduzem a máquina do Estado, puramente de acordo com seus desejos, do mesmo modo que, não corresponde a realidade empírica. A idéia de que o aparato estatal, isto é, as burocracias, os grupos técnicos, os especialistas, etc. – é neutro. As burocracias e tecnocracias estatais são por vezes bastante poderosas, tanto para sabotar o plano governamental como para suportar o esforço de manter o Estado em funcionamento. Enquanto a estrutura política mais visível está sendo danificada por conflito intenso e em larga escala. Pelas mesmas razões, um alto grau de rotatividade da elite política não garante automaticamente que mudanças políticas venham a ocorrer. Tudo depende da autonomia do “Estado como uma organização”, que pode ou não se tornar um obstáculo, ou, inversamente, uma fonte geradora de mudança. Curiosamente, poucos analistas consideraram esta face da moeda. É como se o aparato, que eventualmente pode opor-se a mudança, com base em valores comuns, não fosse jamais capaz de promover modificações baseadas naqueles mesmos valores. As burocracias públicas são sempre vistas como obstáculos a mudança e ao progresso, ou como neutras; raramente, como fonte de mudanças. (LIMA JUNIOR; SANTOS, 1976 *apud* BRANDIÃO; PALASSI; FERREIRA, 2007, p. 95).

Observa-se, no entanto as complexas relações que condicionam as decisões no âmbito das “Políticas” e dos “Políticos” que refletem na dinâmica social. As políticas públicas incluem a política de habitação (toda) a infraestrutura e saneamento básico.

2.3.2 Política Habitacional

A política de Habitação de Interesse Social deve orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia, dando prioridade para famílias de baixa renda, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano e regional e demais políticas públicas. A política habitacional deve estar integrada com as demais políticas públicas do Estado e Município. O projeto de um conjunto habitacional abrange as redes de:

- Abastecimento de água;
- Esgotamento sanitário;
- Drenagem; e
- Transporte.

A manutenção dessas redes é regulamentada pela legislação. A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, conforme transcrição a seguir:

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

Art. 16. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal, ou municipal, na forma da legislação.

Segundo essa Lei, os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente em prazo não superior a 4 (quatro) anos anteriormente à elaboração do Plano Plurianual. A preservação do meio ambiente é a sobrevivência do planeta. Saneamento está ligado ao meio ambiente, que está presente em qualquer discussão sobre administração pública. A política habitacional de Rio Branco também está referenciada na Lei nº 1.611/2006, que “aprova e institui o novo Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências”. Em seu Capítulo III, o Plano institui a realização das audiências públicas que são direito do cidadão e da comunidade.

2.4 Administração Pública

Administração pública é o conjunto de órgãos com função específica criados pelo Governo e geridos por administradores para atender necessidades de interesse coletivo. É, portanto, o meio ou procedimentos dos quais dispõe o Governo

para executar as ações políticas e as políticas públicas, partindo do princípio das demandas da população. A finalidade da administração pública é o bem comum do povo administrado. Na interpretação de Matias-Pereira:

Administração pública é composta por um conjunto de entes – órgãos e entidades – formados por recursos humanos, materiais e tecnológicos passíveis de ordenamentos e gestão, constituídos pelo Poder Público (Estado) para a consecução do bem comum [...]. Administração pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo (federal, estadual ou municipal), segundo preceitos de Direito e da Moral, visando ao bem comum (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 231).

Num conceito mais direto administração pública envolve a interpretação de objetivos a fim de transformá-los em ação organizacional por meio do planejamento, da organização, da direção e do controle. Nesse sentido, a administração pública deve ser interpretada como todo o sistema de governo, todo o conjunto de idéias, atitudes, normas, instituições e outras formas de conduta humana, que determina a forma de distribuir e de exercer a autoridade política e como se atendem aos interesses públicos (MATIAS-PEREIRA, 2009). Administração pública é regida por princípios, normas e leis.

2.4.1 Gestão Pública

O Gestor Público é o elemento chave para novas configurações de mudanças contra a burocracia, defendendo um Estado indutor de desenvolvimento. O gestor público que participa diretamente das políticas públicas deve compreender o processo de transformação da sociedade que evolui para uma nova realidade, onde o contribuinte tem o direito de opinar sobre os rumos e investimentos do setor público. Os governantes devem saber diferenciar interesses “político-eleitoral” e “interesse público”. O Estado deve se alinhar às práticas modernas da administração. Costa (2008) com larga experiência na administração pública e em mandatos eletivos recomenda que a administração pública no século XXI seja focada no cidadão. Segundo Costa (2008), este é o momento dos governantes públicos aproveitarem a oportunidade para repensar o formato administrativo e redesenhar os processos para dar agilidade às suas ações. Ele destaca ainda que o

gestor público tem o dever de participar das políticas de redução da pobreza e da inclusão social com oportunidade para todos.

Quem sabe das necessidades é o cidadão que num país democrático tem o direito de participar e colaborar com a administração pública, através de idéias e sugestões.

O Governo precisa estar mais perto do cidadão, tanto conceitualmente quanto fisicamente, através de uma revisão de uma nova e moderna estrutura organizacional, abrindo canais de comunicação que permitam que os cidadãos possam questionar e/ou sugerir (COSTA, 2008, p. 10).

Na interpretação de Costa (2008) o cidadão não quer saber qual é a organização que prevê o serviço. O que interessa ao cidadão é que o serviço é necessário e funcione com transparência, baixo custo e alta qualidade. Por isso o foco deve ser sempre no cidadão para atender suas necessidades. Quanto mais próximo o governo estiver o Governo do cidadão será mais fácil entender as necessidades e atender a demanda. Para isso é necessário abrir um canal de comunicação com a população flexibilizando os processos para atender diversas frentes. O serviço público tem responsabilidade social inata sendo ele obrigado a atender as necessidades básicas da população como infraestrutura, segurança, saúde, educação e moradia. A responsabilidade social é o maior negócio de um governo.

A gestão pública, na interpretação de Matias-Pereira (2009, p. 9), é muito mais ampla do que a gestão de negócios e também das questões internas dos negócios de um governo. Ela deve ser considerada uma questão que vai além da eficiência e eficácia e acima de tudo uma questão da legalidade e legitimidade.

2.5 Política de Governo

O Estado do Acre tem a responsabilidade de encaminhar através de suas políticas públicas soluções para os problemas urbanos que contemplem o bem-estar social. É do governo do Estado também a responsabilidade pelos investimentos na área de habitação, através do programa Minha Morada, financiado pelo Governo Federal, que destina 10 mil unidades habitacionais para pessoas de baixa renda. “Mais de duas mil unidades habitacionais foram entregues em 2010 pelo ex-

governador Arnóbio Marques. As demais, que somam mais de 6 mil casas, já estão licitadas para beneficiarem famílias de baixa renda no Estado do Acre” segundo informações do site da Agência de Notícias do Acre. O Programa Minha Casa Minha Morada é gerenciado pela Secretaria de Habitação do Estado do Acre.

O atual governador do Acre, Tião Viana entregou mais de duzentas casas do Programa Minha Casa Minha Morada, até agosto de 2011.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa descritiva (análise documental e transcrição de entrevistas), para levantar informações da empresa, e, quantitativa (na aplicação do questionário de opinião pública) com objetivo de compreender a situação a partir do ponto de vista dos participantes.

A pesquisa foi feita em duas etapas: primeiramente junto à diretoria da COHAB/AC. Nesta fase entrevistou-se o representante legal da empresa a respeito das políticas públicas relacionadas à política habitacional (entrevista estruturada), bem como analisou-se relatórios administrativos para a coleta de dados. A solicitação foi protocolada com antecedência e autorizada pela presidência da empresa. A vantagem da entrevista pessoal (anotação e transcrição das informações) é a flexibilidade (detalhes e explicação das perguntas) e alto índice de respostas. Na segunda etapa conheceu-se e registrou-se a realidade do conjunto habitacional Xavier Maia, objeto principal desta pesquisa, coletando a opinião dos participantes através de um questionário previamente estruturado com perguntas fechadas. O processo de preenchimento do questionário é individual, com auxílio do entrevistador. Este tipo de pesquisa foi adotado pelas vantagens de acessibilidade ao público participante, menores custos, conveniência, cumprimento de prazo e anonimato e flexibilidade para esclarecimentos necessários.

No decorrer do trabalho notou-se a necessidade de colher mais informações no sentido de entender melhor a situação. Colheram-se informações com o diretor da escola do conjunto, Valmir Nicácio e entrevistou-se também o comandante do policiamento da área, Coronel PM Palladino, além de buscar informações com um fiscal ambiental e um técnico do órgão responsável pelo saneamento básico.

3.1 Caracterizações da organização

A Companhia de Habitação do Acre – COHAB/AC é uma sociedade por ações de economia mista que tem como acionista majoritário o Governo do Estado

do Acre, constituída de acordo com a Lei Estadual nº 61, de 17 de dezembro de 1965, alterada pela Lei nº 107, de 14 de junho de 1967, regida pela Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, e também por estatuto próprio. A Companhia foi fundada com a missão de atender a população de baixa renda, sendo formuladora de políticas públicas. Por mais de quarenta anos a COHAB/AC construiu através de agentes financiadores, 19 conjuntos habitacionais em todo o estado, totalizando 9057 (nove mil e cinqüenta e sete) unidades entre casas e apartamentos, sendo a maioria em Rio Branco a capital acreana. A contemplação das famílias obedeceu a normas e critérios pré estabelecidos. Atualmente a COHAB/AC trabalha na regularização de 5 (cinco) loteamentos em Rio Branco que abrigam cerca de 3.400 (três mil e quatrocentas) famílias carentes (informações extraídas dos relatórios anuais da COHAB/AC).

Dentre os empreendimentos estruturados está o conjunto habitacional Xavier Maia inaugurado em 1989, no bairro Placas, situado bem próximo do centro da cidade, sendo considerado um dos melhores locais de moradia construídos pelo governo estadual em termos de localização.

3.2 Características do Conjunto Xavier Maia

O conjunto abriga 561 (quinhentas e sessenta e uma) famílias totalizando uma média superior a 1500 (mil e quinhentas) pessoas, segundo relatórios administrativos da Companhia. O empreendimento conta com infraestrutura básica (abastecimento de energia elétrica e água tratada, rede de saneamento, telefone, pavimentação de ruas e calçamento, área de preservação ambiental e praças, áreas comerciais e áreas institucionais como creche e escola pública de ensino médio). A opção por este conjunto surgiu em razão dos questionamentos apresentados pelos moradores no período de campanha de regularização fundiária promovido recentemente naquela localidade, da qual a autora foi colaboradora.

Dentro do Conjunto foi construída a Escola Estadual Glória Perez que atende 1.640 alunos de ensino médio (em três turnos), porém a maioria oriunda de bairros adjacentes; uma creche, duas pequenas praças e um parque ambiental. Apesar de o conjunto ter 22 anos de existência, o parque ambiental foi inaugurado

em 2010 graças à iniciativa dos próprios moradores que se interessaram em arborizar a área verde pressionando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente a revitalizar o espaço. Segundo informações dos moradores eles iniciaram esse trabalho há 15 anos, com o plantio de 18 espécies diferentes de árvores e no processo construção do parque ajudaram com mão-de-obra e na construção de alguns itens. Isso mostra que quando a comunidade está disposta a participar é possível revitalizar um espaço como esse porque eles vão zelar e fazer bom uso do que for deixado aqui. O local dispõe de uma trilha ecológica medindo 400 metros de extensão e dois metros de largura, academia aberta, *playground*, dois campos de futebol para adultos e crianças, um bosque com 18 árvores com estatura avançada. Os parceiros estão trabalhando já para a construção de um campo para atividades de voleibol.



Figura 01 – Parque Ambiental



Figura 02 – Trilha de caminhada

Fotos: Jacira V. da Silva Hirt – outubro 2011.

3.3 População e amostra

Na COHAB/AC a entrevista foi feita com o diretor presidente da Companhia, Carlos Alberto Santiago de Melo. No 5º Batalhão da Polícia Militar foi entrevistado o Tenente Coronel Marco Aurélio Palladino. Na pesquisa de campo, entre as quinhentas e sessenta e uma famílias, cem chefes de famílias foram selecionados para responder ao questionário. Os critérios de inclusão são: chefes

de famílias com formação superior, por questões de esclarecimento e afinidade em colaborar com este trabalho.

3.4 Caracterizações dos instrumentos de pesquisa

Com o presidente da COHAB/AC Carlos Alberto Santiago de Melo foi feita uma entrevista estruturada com três perguntas básicas sobre a responsabilidade pela manutenção da infraestrutura do Conjunto Habitacional Xavier Maia, transcrevendo das respostas (Apêndice A). Com o TC PM Palladino a entrevista também estruturada foi composta por seis perguntas fechadas a respeito da abrangência de atuação do 5º Batalhão, efetivo disponível, maior incidência de ocorrências dentro do Xavier Maia e medidas para combater a violência. As respostas foram transcritas no decorrer das perguntas (Apêndice B).

Os participantes do estudo que residem no Xavier Maia foram questionados sobre o grau de conhecimento das políticas públicas e de satisfação a respeito dos serviços públicos na área de abastecimento de água, serviço de esgoto, limpeza pública, saúde pública, educação e segurança pública. O questionário foi elaborado (Apêndice C) com dez perguntas fechadas para facilitar o fechamento analítico, com uma única resposta para cada pergunta. Foi impresso e apresentado pessoalmente em domicílio com apresentação pessoal do entrevistador explicando os motivos e importância da pesquisa.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A pesquisa qualitativa semiestruturada foi feita em horários previamente estabelecidos, cujas respostas foram transcritas no ato das perguntas. Já a coleta de dados quantitativos foi feita por meio presencial em domicílio durante os finais de tarde, momento considerado propício para abordagem dos entrevistados, no período de 26 de setembro a 12 de outubro de 2011. Após reunir os dados do questionário o

processamento foi feito por meio de planilhas eletrônicas e processamento de gráficos para melhor visualização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados das etapas qualitativas e quantitativas da pesquisa.

A esperança em solucionar o déficit habitacional oferecendo acesso à moradia às famílias de baixa renda repousa em uma política que envolve o Estado, mais diretamente a Companhia de Habitação, Secretaria de Habitação e Interesse Social, e demais entidades públicas do segmento, como outras Secretarias e Departamentos, sejam na esfera federal, estadual e municipal.

Uma breve explicação para entender como nasce um empreendimento habitacional. Identificada a necessidade de atender a população com moradia digna, o Governo do Estado faz o projeto e solicita recursos junto aos agentes financeiros (neste caso a Caixa Econômica Federal). Compra-se a área de terra. Depois das formalidades junto ao cartório de registro de imóveis (escritura global do terreno) a COHAB/AC registra através de matrícula, o empreendimento junto ao cartório de imobiliário da Prefeitura municipal, onde deverá constar a quantidade de unidades de moradia a ser construídas, medidas, tipo e benfeitorias de uso comum que farão parte do empreendimento. Na fase do projeto de um empreendimento residencial deve se ter o cuidado de incluir todos os detalhes técnicos da infraestrutura, incluindo demarcação topográfica, execução das redes de drenagem pluvial e iluminação pública, organização do sistema viário, pavimentação de ruas, execução de instalações hidráulico-sanitárias nos domicílios, preservação ambiental (áreas verdes) áreas institucionais e de lazer, e rede de saneamento básico.

4.1 Órgãos Responsáveis

Observa-se que não basta entregar o empreendimento aos mutuários. As políticas públicas devem ter continuidade. A maior responsabilidade é de instituições municipais. O atual Presidente da COHAB/AC, Carlos Alberto Santiago de Melo, disse que depois de regularizado o empreendimento habitacional, “de acordo com a legislação vigente a responsabilidade total sobre a manutenção é da Prefeitura de

Rio Branco” (entrevista, Apêndice A). Questionou-se sobre a intermediação da COHAB entre a comunidade e órgãos públicos no sentido de cobrar agilidades nesse serviço e ele respondeu que “não é mais responsabilidade desta Companhia e nem é nosso direito. Essa intermediação cabe aos movimentos comunitários e Secretaria de Articulação Política da Prefeitura de Rio Branco”. A seguir relacionamos os órgãos e suas respectivas responsabilidades:

- Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco (SAERB) responsável pela distribuição de água tratada e manutenção da rede de esgoto;
- Empresa Municipal de Urbanismo (EMURB) responsável pela manutenção das vias públicas;
- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) através de serviço terceirizado é responsável pela coleta de lixo;
- Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) pelos serviços oferecidos no posto de saúde existente no conjunto;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA) responsável pelo parque ambiental e praças;
- Secretaria Estadual de Educação é responsável pelo funcionamento da Escola Glória Perez, que atende alunos do bairro.
- Secretaria de Segurança Pública e, mais diretamente, Polícia Militar do Estado do Acre são responsáveis pela segurança no local.

4.2 Resultado da Pesquisa

Em cumprimento às exigências deste projeto, questionamos a população para saber se as políticas públicas estão atendendo suas necessidades. O questionário com 10 perguntas fechadas apresentou o seguinte resultado, que será apresentado detalhadamente através de gráficos.

4.3 Resumo dos Resultados

4.3.1 Serviço de Esgotamento Sanitário

Observa-se que mais da metade da comunidade está satisfeita com o serviço de esgotamento sanitário doméstico.



Gráfico 01

Fonte: elaborado pela autora.

Mas quando surge entupimento na rede, a Prefeitura Municipal não resolve o problema de imediato.



Gráfico 02

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.2 Coleta de Lixo Domiciliar

Segundo a opinião dos moradores o serviço de coleta de lixo domiciliar está regular ou bom. Este serviço é terceirizado e fiscalizado pela própria Secretaria de Serviços Urbanos, sendo que a coleta é feita três vezes na semana.



Gráfico 03

Fonte: elaborado pela autora.

A reclamação maior é sobre o entulho depositado nas calçadas que os próprios moradores colocam sem autorização, sendo passivo de multa no valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). O fiscal de coleta, Jânio Araujo Moreira, informou que “quando se tratar de entulho o morador deverá ligar para o número (68) 3225 5513, solicitar a coleta e pagar uma taxa extra de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por metro cúbico, para que o material seja retirado pelo veículo coletor e encaminhado ao destino adequado”.

4.3.3 Serviço de Saúde Oferecido na Comunidade

Mais da metade da população consultada quase nunca utiliza os serviços de saúde pública oferecidos no bairro, sendo que algumas pessoas utilizam uma vez ao ano durante as campanhas de vacinação e exames periódicos. Durante as

entrevistas percebeu-se que a maioria dos moradores possui plano de saúde da rede privada.

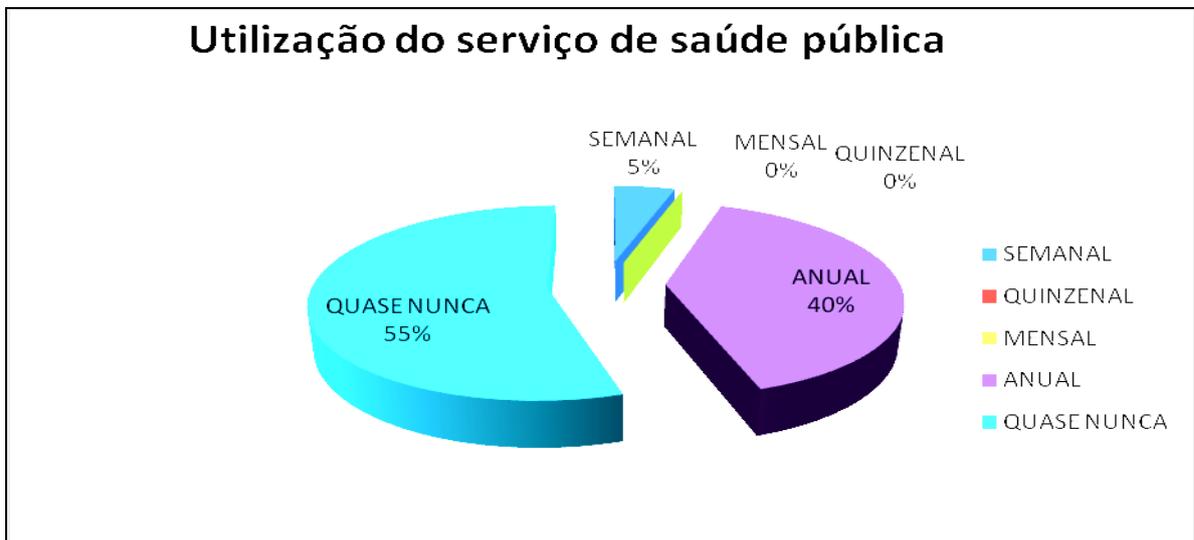


Gráfico 04

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.4 Abastecimento de Água Tratada

A satisfação é unânime a respeito do abastecimento de água feito pelo Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco. Não falta água porque existe um reservatório a poucos metros deste conjunto habitacional, cuja rede adutora de distribuição mestra para outros bairros está em posição estratégica. Em face deste resultado, eliminou-se a necessidade de inserir o gráfico referente à questão 06.



Gráfico 05

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.5 Pavimentação e Conservação das Ruas

Segundo a opinião pública a maioria das ruas do conjunto está em condições regular, sendo que existem algumas ruas em boas condições e outras, péssimas. Desde a inauguração do conjunto a conservação do pavimento asfáltico só é feita nas principais vias de circulação, sendo que as transversais (em tijolo) nunca receberam manutenção.

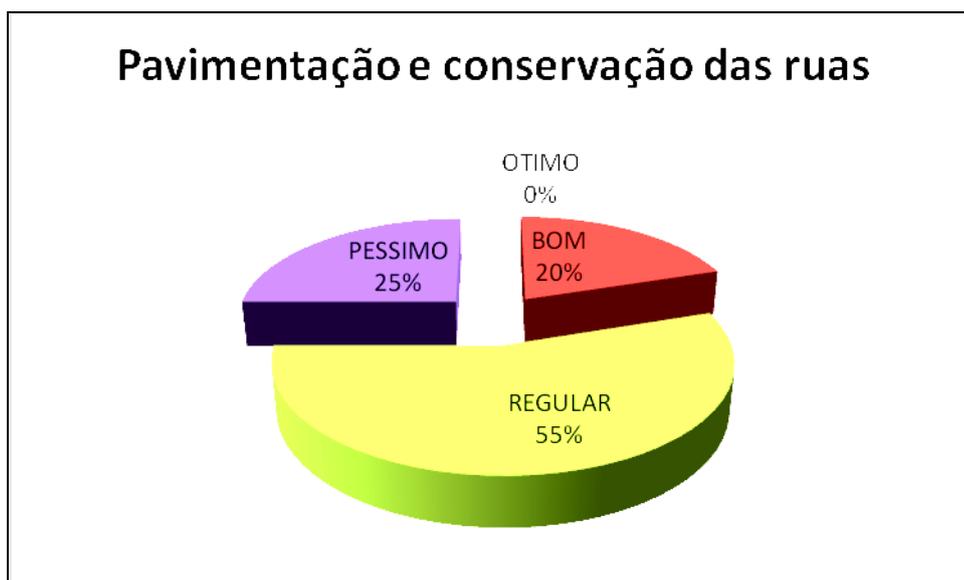


Gráfico 06

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.6 Política Educacional

A metade das famílias consultadas que tem filhos em idade escolar, optaram pelas escolas da rede particular de ensino. Como se trata de famílias de classe média, elas preferem a rede particular de ensino por questões de qualidade e segurança. A grande maioria dos alunos que estuda na escola Glória Perez é procedente de bairros adjacentes, segundo informou o diretor atual da instituição, Valmir Nicacio Lima.



Gráfico 07

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.7 Segurança Pública no Bairro

A maioria das pessoas consultadas achou que o serviço de segurança pública dentro do conjunto habitacional está entre bom e ótimo.



Gráfico 08

Fonte: elaborado pela autora.

Este resultado deve-se ao policiamento ostensivo e preventivo feito pelo 5º Batalhão da Polícia Militar, sob o comando do Tenente Coronel Palladino. Militar de poucas palavras e muita ação, Palladino participa ativamente de operações envolvendo a comunidade no combate a criminalidade. Segundo ele, os infratores que agem no Xavier Maia são moradores de bairros adjacentes. O trabalho do Coronel Palladino foi elogiado pelo diretor da escola Glória Perez, Valmir Nicácio, em função da política adotada no policiamento escolar envolvendo a participação dos familiares dos estudantes na solução de conflitos. Palladino inclusive é morador do conjunto Xavier Maia e deixa grandes lições a respeito das políticas públicas no combate à violência. Em sua analogia “A violência é gerada por uma série de fatores como: falta de políticas públicas para geração de emprego e renda, pelo desemprego, alcoolismo, uso de drogas, desagregação familiar, cultura, falta de preparo profissional, dentre outros. Essas questões podem ser resolvidas através de políticas públicas implantadas pelo Estado e sociedade”. Segundo ele a polícia não é a solução para se combater a violência.

Analisando as origens da criminalidade, o militar que viveu experiência em uma das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, observou que grande parte dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas alega que entraram na criminalidade por “falta de oportunidade de trabalho”. Analisando este questionamento, o Coronel Palladino tomou a iniciativa de buscar apoio da própria Polícia Militar, Polícia Civil, Igreja do Evangelho Quadrangular, SENAI e comerciantes, para promover um curso profissionalizante, totalmente gratuito, para um grupo de jovens que não tinham essa oportunidade de emprego. “*Uma oportunidade em minha vida*” é o *slogan* do Curso de Instalador Hidráulico com duração de dois meses. Emocionado, o Coronel Palladino disse na aula inaugural do curso, que “é um sonho antigo, poder colaborar com as políticas públicas em prol das comunidades carentes, sendo este o primeiro de uma série de cursos que serão oferecidos em breve”. A autora teve a oportunidade de acompanhar a aula inaugural do curso e registrar a louvável iniciativa, que deve ser exemplo para outras pessoas em promover a melhoria da qualidade de vida da população local, sem esperar unicamente pelos atos oficiais do governo.



Figura 03 - Aula inaugural do curso



Figura 04 - Organizadores e alunos

Fotos: Jacira V. da Silva Hirt. Outubro, 2011.

4.3.8 Conhecimento das Políticas Públicas

Todos os colaboradores afirmaram conhecer as políticas públicas desenvolvidas em seu bairro.

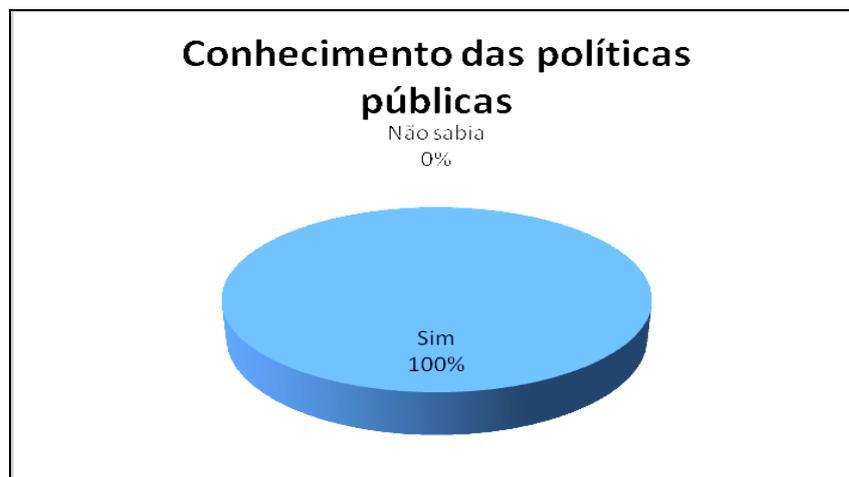


Gráfico 09

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.9 Questão Ambiental

Não precisa ser especialista para observar a grande falha na execução da obra. Neste espaço coberto pelo matagal, entulhos e animais peçonhentos, deveria funcionar uma Estação de Tratamento de Esgotos que atenderia não só o Xavier

Maia, mas os bairros adjacentes. O problema está na origem. No caso do conjunto habitacional Xavier Maia a falha na execução do projeto está visível como mostra a figura 03.



Figura 05 – Espaço destinado à construção da Estação de Tratamento de Esgoto.

Foto: Jacira V. da Silva Hirt. Outubro 2011.

De acordo com o projeto urbanístico, o local tomado por mato e entulho, seria destinado à Estação de Tratamento e Esgoto (ETE), mas o previsto não foi executado. Segundo informações do setor de engenharia da COHAB/AC, à época não foram incluídos os recursos financeiros para executar o projeto original em função do limite de capacidade de endividamento do Estado do Acre. A responsabilidade pela implantação da ETE era de uma empresa estadual responsável pelo serviço de saneamento, que tentou negociar o financiamento, mas o Governo Collor mudou regras impedindo a liberação de recursos. Passados muitos anos, criou-se uma autarquia denominada Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco (SAERB) que diretamente é a responsável pela construção da ETE, mas que também depende de recursos federais para grandes projetos como esse. Atualmente o esgoto é despejado sem tratamento no igarapé que percorre este e outros residenciais.

Esgoto não é um problema só dos moradores do conjunto Xavier Maia. Cerca de 82% do esgoto da cidade é despejado sem nenhum tratamento no Rio Acre, de onde é captada a água para tratamento e distribuição nas residências pelo próprio SAERB, comprometendo assim a proteção ao meio ambiente, descumprindo a Lei Federal nº 11.445/2007. Segundo dados do IBGE, apenas 27% do esgoto é coletado e apenas 18% é tratado. Consultado sobre a questão, o Gerente Técnico

do SAERB, Aluizio Gordin, informou que a instituição encaminhou projeto ao Ministério das Cidades, visando à obtenção de recursos para essas obras, mas até o momento nada foi concretizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Para ser tratado com propriedade o tema políticas públicas é preciso explicitar o significado da palavra “Estado” que seria o precursor deste tema. Estado provém do grego pólis (cidade-estado). Pólis no conceito de política é a ciência através da qual se governa a cidade. O Estado é a sociedade representada por um grupo de indivíduos organizados com a finalidade de estabelecer políticas públicas. Essas políticas públicas representam o exercício do poder político, ou em outras palavras, as ações dos governantes, envolvendo distribuição de poder com resultados e benefícios sociais. Elaborar uma política pública nada mais é do que definir quem decide o quê, quando, com que forma e para quem. Quando se fala em políticas públicas na área habitacional se torna mais complexo, por envolver inúmeros órgãos do Estado que deveria interagir em todo o processo, independente de políticas de governo. É preciso separar políticas públicas e políticas governamentais. Para serem públicas devem destinar resultados e benefícios ao meio social através do debate.

Os planos de habitação popular de todas as esferas de governo procuram enfrentar o déficit habitacional para a população de baixa renda, estimado atualmente em 30 mil moradias, em todo o Estado do Acre (dados oficiais do Estado), sempre esbarram na falta de recursos. Moradia digna é uma prioridade social. A política habitacional deve buscar um aprimoramento contínuo de melhorias no desenvolvimento urbano. É fundamental a interação entre os órgãos executores das políticas públicas desenvolvidas dentro do conjunto habitacional. Observa-se a falha nessa interação, visto que um dos principais problemas visíveis é o saneamento básico, que se arrasta por mais de 20 anos. Estas necessidades exigem do poder público muitas respostas, viáveis e sustentáveis. Falta a intervenção da promotoria do meio ambiente e a implantação de um trabalho social na fase da pós-ocupação.

Sugere-se aos gestores públicos a criação de um grupo de trabalho ou de uma comissão permanente para desenvolver ações intersetoriais, envolvendo todos os órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela solução dos problemas que afetam a população. É preciso haver um elo entre governo e comunidade, que em parte seria dos vereadores, para levantar os problemas,

encaminhá-los aos órgãos responsáveis e cobrar soluções, dando uma resposta à sociedade. É preciso criar mecanismos de aprimoramento para dar continuidade às políticas públicas, não permitindo que as políticas de governo interfiram de forma negativa nas políticas públicas principalmente, as de natureza conjuntural.

Conclui-se que os gestores deveriam se preocupar em analisar as políticas públicas para redefinir problemas e buscar soluções de forma que torne possível alguma melhoria, avaliando desde o planejamento aos resultados. A análise das políticas públicas é uma questão multidisciplinar que deve interpretar as causas e consequências da ação do governo. O monitoramento e avaliação fazem parte do ciclo de políticas públicas. Observa-se que existem falhas de coordenação e sincronia entre os agentes políticos e a sociedade. A gestão pública eficiente para gerir as políticas públicas não depende apenas da estruturação e diretrizes que a regem. A eficiência para gerar bons resultados provém principalmente da dedicação e do comprometimento dos agentes públicos, cuja missão é servir bem ao Estado. A política da segurança pública está, em parte, dando certo. Mas será que quando mudar o comandante, assumir outro com outra tática, vai continuar dando certo? As políticas públicas envolvem interesses e direitos do cidadão, sendo elas interpretadas como um conjunto de planos e programas de ação governamental voltadas em benefício social, mas devem obedecer, sobretudo a implementação dos objetivos e direitos constitucionais, não permitindo que estas, fomentadas por uma gestão que deixa o poder, sejam abandonadas por uma nova gestão que assume, com o advento de cada eleição.

Entende-se que toda política pública deverá adotar características e modelo racional. Obedecendo a visão de Saraiva (2006), as políticas públicas deverão ser agendadas, elaboradas, implementadas, executadas, acompanhadas e avaliadas. Observam-se algumas falhas na execução do projeto da obra (do conjunto habitacional em estudo), no caso do saneamento. Nota-se que as políticas de manutenção da infraestrutura do empreendimento não estão sendo acompanhadas, pois está havendo falhas na conservação das ruas secundárias e transversais, bem como na educação ambiental sobre a retirada de entulho das ruas. A maioria não sabe como proceder, nem a quem procurar ou até mesmo não entende a cobrança de taxa extra uma vez que já se paga o IPTU que inclui o serviço de limpeza urbana.

Políticas públicas são elementos de relação: Estado, sociedade e mercado. Isso nos remete à opinião de Costa (2008), em que o Governo precisa estar mais perto do cidadão, abrindo canais de comunicação permitindo que os cidadãos possam questionar suas necessidades. Analisando os dados percebemos a insatisfação do público no tocante às ações do Governo, principalmente em relação à Prefeitura Municipal. Outrossim, nota-se que com um pouco de esforço e dedicação dos gestores, é possível mudar a opinião pública através de ações satisfatórias que venham contribuir com a qualidade de vida dos moradores. Acima da capacitação deve estar o comprometimento do gestor com o bem estar do cidadão.

Pretendeu-se alcançar os objetivos desta pesquisa que foi conhecer de perto o resultado das políticas públicas, cujas falhas acarretam problemas à população. Ouviu-se a comunidade sobre as políticas públicas desenvolvidas dentro de um conjunto residencial, contribuindo com gestores interessados em melhorar as relações entre Governo e sociedade.

REFERÊNCIAS

ACRE. Agência de notícias do Acre. Tião Viana empossa Nara Sandri Schafer na Secretaria de Habitação do Acre. Disponível em: <www.agencia.ac.gov.br/> Acesso em: 17 de jun 2011.

ACRE-IBGE – Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=12> Acesso em: jun 2011.

BRANDIÃO, Hugo Junior; PALASSI, Marcia Prezotti; FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. **Administração Pública**. Brasília. UAB-UnB. 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm>. Acesso em: 20 mai 2011.

COSTA, Indio da, **Administração Pública no Século XXI: Foco no Cidadão**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Editora Objetiva. Versão 1.0. Dez. 2001

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIO BRANCO. Lei nº 1611/2006. Aprova e institui o novo Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências. Rio Branco, 2006.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. **Políticas Públicas**. ENAP - Vol. 1. Brasília. 2006.

APÊNDICES

Apêndice A

ENTREVISTA – 1

Gestão das Políticas Públicas na área habitacional: cidade de Rio Branco/AC

A presente entrevista reserva-se para fins acadêmicos e análise no contexto de um trabalho monográfico, preservando a identidade de pessoas ou órgãos envolvidos e tem por objetivo explorar as políticas públicas na área habitacional.

Organização: Companhia de Habitação do Estado do Acre.

Entrevistado: Carlos Alberto Santiago de Melo.

Cargo: Diretor Presidente.

- 1) Senhor Presidente, de quem é a responsabilidade sobre a manutenção da infraestrutura (esgotos, ruas, área de preservação ambiental) do Conjunto Habitacional Xavier Maia, uma vez que o empreendimento está regularizado junto à Prefeitura de Branco? **De acordo com a legislação vigente a responsabilidade total sobre a manutenção é da Prefeitura de Rio Branco.**
- 2) Existe uma intermediação da COHAB entre comunidade e órgãos públicos no sentido de cobrar agilidade nesse serviço? **Não é mais responsabilidade desta Companhia e nem é nosso direito. Essa intermediação cabe aos movimentos comunitários (associação de moradores) e secretaria de articulação política de Rio Branco.**
- 3) Quanto a Estação de Tratamento de Esgoto daquele conjunto que está prevista no projeto e não foi concluída. Foi oficializado algum pedido junto aos órgãos competentes no sentido de resolver o problema? **Essa questão é de responsabilidade do Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco.**

Apêndice B

Entrevista - 2

Roteiro norteador da entrevista com **TC PM Palladino**, Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Acre.

1. Tempo de profissão? **21 anos na Polícia Militar.**
2. Especialização? **Bacharel em Direito com OAB; Bacharel em Administração e Pós graduado em Gestão Estratégica.**
3. Qual é a área de abrangência do 5º Batalhão? **Este batalhão é responsável pelo policiamento em 23 bairros e vilarejos inclusive zona rural, com uma população estimada de 70.000 pessoas.**
4. Qual é o efetivo deste Batalhão? **Nós contamos com 200 policiais em escala de revezamento.**
5. Especificamente no Conjunto Xavier Maia, qual é a maior incidência de ocorrências? **Das 45 principais ocorrências registradas de janeiro a setembro deste ano neste local, 14 foram de roubo, 12 de furtos, 9 foram ameaças, mais 9 de lesões corporais e 1 tentativa de homicídio. Ressaltamos que o Xavier Maia está cercado de pequenos conjuntos residenciais (Wanderley Dantas, Céu Azul, Yaco, Jenipapo, Juruá e outros) que abrigam na maioria das vezes famílias carentes e consideradas de exclusão social, o que constitui alguns dos fatores condicionantes do crescimento de atos contraventores a ordem social.**
6. Na sua visão de policial experiente e capacitado, que medida deveria ser tomada para combater a violência? **A opinião pública costuma dizer que quem combate a violência é a polícia. Analisando a raiz do problema vemos que a polícia é apenas um “analgésico” que resolve momentaneamente mas não extingue as causas do problema. A violência é gerada por uma série de fatores como: falta de políticas públicas, pelo desemprego, alcoolismo, uso de drogas, desagregação familiar, cultura, preparo profissional, dentre outros. Essas questões podem ser resolvidas através de políticas públicas implantadas pelo Estado e sociedade.**

Apêndice C



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração
Curso de Graduação em Administração a distância

Aluna: Jacira Vicente da Silva Hirt

Professor Orientador: Esp. Josias Rodrigues Alves

PESQUISA

Gestão das Políticas Públicas na área habitacional: cidade de Rio Branco/AC

A presente pesquisa reserva-se para fins acadêmicos e análise no contexto de um trabalho monográfico, preservando a identidade de pessoas ou órgãos envolvidos e tem por objetivo explorar o nível de satisfação da população, a respeito das políticas públicas desenvolvidas no Conjunto Habitacional Xavier Maia, na capital do Acre.

Políticas Públicas “São princípios que orientam a ação do poder público na aplicação dos recursos, cujos benefícios são destinados em favor da coletividade. É o ‘Estado em ação’”¹. “Elas são caracterizadas pelo envolvimento de ‘planos, programas e projetos’”².

Solicita-se escolher uma única alternativa em cada questão.

- 1) O serviço de esgotamento sanitário executado no seu bairro é satisfatório?
 Sim Não.
- 2) Quando há reclamações de esgoto “estourado”, a Prefeitura resolve de imediato?
 Sim Não.
- 3) Quanto ao serviço de coleta de lixo domiciliar, você acha que está:
 Ótimo Bom Regular Péssimo.
- 4) Com que frequência você utiliza os serviços de saúde oferecidos no bairro?
 Semanal. Quinzenal. Mensal. Anual. Quase nunca.
- 5) O serviço de abastecimento de água é satisfatório?
 Sim Não.
- 6) Quando você reclama da falta d’água junto ao Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco, é atendido de imediato?
 Sim Não.
- 7) Qual a sua percepção quanto ao serviço de pavimentação e conservação das ruas de seu bairro?
 Ótimo Bom Regular Péssimo.
- 8) Quanto à educação, seu filho estuda na escola pública do bairro?
 Sim Não estuda na escola do bairro Não tenho criança em idade escolar.
- 9) Quanto ao serviço de segurança pública no seu bairro você considera:
 Ótimo Bom Regular Péssimo.
- 10) Você sabia que todas as questões anteriores se referem à políticas públicas?
 Sim Não sabia.

¹ MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

² SARAIVA, Enrique Elizabete, FERRAREZI. **Políticas Públicas**. ENAP - Vol. 1. Brasília. 2006.